

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

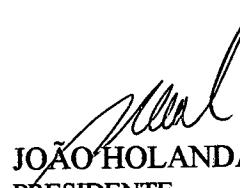
PROCESSO N° : 10480-000852/96-57
SESSÃO DE : 27 de fevereiro de 1997
RESOLUÇÃO N° : 303.668
RECURSO N° : 118.167
RECORRENTE : FUNDAÇÃO DE AMPARO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA -
FACEPE
RECORRIDA : DRJ/RECIFE/PE

RESOLUÇÃO N° 303.668

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência à repartição de origem, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 1997


JOÃO HOLANDA COSTA
PRESIDENTE


LEVI DAVET ALVES
RELATOR

02 MAI 1997


Maria Santos de Sá

Procuradora da Fazenda Nacional

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros : GUINÊS, ALVAREZ FERNANDES, NILTON LUIZ BARTOLI, ANELISE DAUDT PRIETO, MANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES. Ausentes os Conselheiros FRANCISCO RITTA BERNARDINO e SERGIO SILVEIRA MELO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CAMARA

RECURSO N° : 118.167
ACÓRDÃO N° : 303.668
RECORRENTE : FUNDAÇÃO DE AMPARO À CIÊNCIA E TECNOL
RECORRIDA : DRJ/RECIFE/PE
RELATOR : LEVI DAVET ALVES

RELATÓRIO

Os autos versam sobre constituição de crédito tributário contra a recorrente, através de Auto de Infração de fls. 01 a 08, crédito este originado pela perda da isenção prevista na Lei nº 8.010/90, conforme apurado pelo fisco, por não aplicar os equipamentos importados na finalidade autorizada, como, também, pela transferência parcial a terceiros, dos referidos bens, sem que houvesse a regular autorização.

A exigência, em relação à DI nº 002002/92 (Inadimplemento quanto à aplicação dos bens importados com isenção), corresponde aos impostos não recolhidos, juros de mora e as multas previstas nos art. 521, inc. I, "a", do RA, aprovado pelo Decr. nº 91.030/85, e art. 364, inc.II, parágr. 4º, do RIPI, aprovado pelo Decr. no. 87.981/82. E, em relação às DIs nº 001708/92 e 002011/92 (Transferência a terceiros com a mesma qualificação do importador), foi exigida a multa prevista no art. 521, inc. II, "a", do RA.

A ação fiscal efetivou-se sobre as Declarações de Importação acima mencionadas, todas da IRF do Porto do Recife - PE, após ter a fiscalização apurado a destinação diversa dos bens importados com isenção, bem como a transferência a terceiros, afrontando o estabelecido no diploma legal outorgante do benefício e disposições do Regulamento Aduaneiro.

Com relação à já citada DI nº 2002/92, constatou-se o emprego dos computadores e impressoras ali relacionados no apoio administrativo da entidade, e não em pesquisas científicas e tecnológicas conforme a determinação legal para o gozo da isenção. Com relação às DI 1708/92 e 2011/92, verificou-se a transferência dos bens à Universidade Federal de Pernambuco (DI nº 1708) e à Universidade Federal Rural de Pernambuco (DI nº 2011), sem o devido conhecimento e deferimento pela Repartição Fazendária.

Para rebater a exigência fiscal, a interessada, devidamente intimada, conforme comprovante às fls. 47, apresentou suas razões de defesa, tempestivamente, fls. 49 a 53, o que mereceu análise e julgamento cabível.

A Autoridade Julgadora de Primeira Instância, considerou a ação fiscal procedente, apresentando a seguinte ementa ao julgamento:



RECURSO N° : 118.167
ACÓRDÃO N° : 303.668

“ IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO E I.P.I. VINCULADO.

ISENÇÃO CONDICIONADA À DESTINAÇÃO DOS BENS. Se o benefício fiscal estiver condicionado à destinação dos bens e a estes for dado destino diverso do previsto em lei, estará o responsável sujeito ao pagamento dos impostos, independentemente das demais sanções legais cabíveis.

TRANSFERÊNCIA A TERCEIROS DE BENS IMPORTADOS COM ISENÇÃO. A transferência, a terceiros, a qualquer título, de bens importados com isenção de tributos, sem prévia autorização da repartição fiscal, caracteriza infração à legislação aduaneira.

AÇÃO ADMINISTRATIVA PROCEDENTE. “

Inconformada, após devidamente notificada da decisão de primeira instância, recorre a este Conselho a autuada, ofertando razões de recurso, tempestivamente, fls. 80 a 86, o que sintetizamos da forma a seguir:

- a) Que somente a perfeita configuração daquilo que buscou o legislador obter com a estipulação - importação de determinados equipamentos destinados à pesquisa científica e tecnológica - é o que permitirá uma avaliação adequada da procedência ou não do desvirtuamento respectivo;
- b) Que não há como pretender limitar a atividade de pesquisa científica e tecnológica legalmente designada, reduzindo-a a tal ponto que dela se pretenda excluir, como desmerecedoras do benefício fiscal, seja a pesquisa básica e aplicada, seja a difusão de conhecimento, a promoção de desenvolvimento científico e tecnológico, o incentivo à formação de recursos humanos e a capacitação tecnológica;
- c) Que todas as atividades mencionadas são indissociáveis e que, por isso mesmo, haverão de ser sempre desenvolvidas de forma geminada, acabando por tornar inócuas qualquer tentativa de nelas entrever algum desvirtuamento da destinação prestigiada pelo legislador. Como, por exemplo, a edição, para difusão, de textos alusivos às pesquisas científicas e tecnológicas, jamais poderá ser entendida como atividade estranha à da pesquisa em si;
- d) Que os equipamentos objeto da Declaração de Importação nº 2002/92 têm sempre servido de suporte às autênticas finalidades estatutárias da Fundação;
- e) Que a multa aplicada com fundamento no Decreto nº 87.981/82 não pode ser exigida, pois sendo a DI datada de 18/08/92, por si já demonstra o decurso de lapso temporal superior ao mínimo legalmente estabelecido para a sua exigência, conforme a disposição constante no parágrafo 1º do art. 42 daquele diploma legal, como segue:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

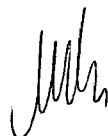
RECURSO N° : 118.167
ACÓRDÃO N° : 303.668

Parágrafo 1º - Ressalvada a hipótese de fraude, o imposto será devido sem multa, se recolhido espontaneamente, quando a mudança de destinação se der após um ano da ocorrência do fato gerador, não sendo exigível após o decurso de três anos.

- f) Que em relação à multa aplicada com fundamento no art. 521, II, "a", do Decreto nº 91.030/85, pertinente aos objetos das Declarações de Importação nº 1708 e 2011/92, esclarece que a formalização da transferência se deu por instrumento inadequadamente tipificado, o que, por si, em absoluto, impede a exata identificação de sua autêntica substância jurídica;
- g) Que o motivo da lavratura do Auto de Infração foi o descuido, à época, da integral observância do que prescreve o parágrafo único do art. 147 do Regulamento Aduaneiro, qual seja a de não pleitear junto à Repartição Aduaneira a indispensável autorização legal; e
- h) Que em vista do exposto espera a relevação da falta apontada, ou, se for o caso, seja formulada proposta ao Senhor Ministro da Fazenda, ou à autoridade delegada competente, para, em instância especial e sob os fundamentos indicados no art. 40 do Decreto nº 70.235, 06/03/72, seja a penalidade totalmente dispensada, em especial face à não verificação de reincidência nem sonegação, fraude ou conluio, consoante exigido no dispositivo aludido.

A Procuradoria da Fazenda Nacional em Recife, após a intimação legal, apresentou contra-razões ao recurso, manifestando-se pela integral manutenção da dota decisão recorrida e pelo não provimento ao recurso interposto.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 118.167
ACÓRDÃO N° : 303.668

VOTO

A questão nos autos versa sobre importações realizadas pela recorrente, ao amparo da Lei nº 8.010, art. 1º, parágr. 2º, como incentivo à pesquisa científica e tecnológica e vinculada à qualidade do importador e à destinação dos bens.

Verifica-se que, em relação aos equipamentos constantes da DI nº 002002/92, não ter havido o emprego no fim proposto, pois há evidência, conforme fls. 09, que foram empregados na administração da entidade e não em área de pesquisa científica e tecnológica, disto resultante a imposição da cobrança dos impostos não recolhidos, juros de mora e as multas previstas nos art. 521, inc. I, "a", do RA, aprovado pelo Decr. nº 91.030/85, e art. 364, inc.II, parágr. 4º, do RIPI, aprovado pelo Decr. nº 87.981/82.

Com relação aos bens constantes nas DIs nº 1708/92 e 2011/92, também ficou claro a sua transferência a terceiros (Supostamente com a mesma qualificação da autuada), porém sem autorização regular da Repartição Fazendária, o que, embora não obrigasse ao pagamento dos impostos, sujeitaria a beneficiária cedente à penalidade prevista no art. 521, inc. II, "a", do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decr. nº 91.030/85.

Contudo, a entidade autuada pleiteia a este Conselho, conforme final da peça recursal, a relevação da falta apontada, invocando o art. 40 do Decreto 70.235/72.

Entretanto, para que esta Câmara possa dar seguimento ao pleito de relevação de penalidade, conforme o dispositivo legal citado, terá que apresentar a fundamentação para o despacho ministerial, como exige o artigo 539 do RA:

"Art. 539. O Ministro da Fazenda, em despacho fundamentado, poderá relevar penalidades relativas a infrações de que não tenha resultado falta ou insuficiência no pagamento do imposto, atendendo (Decr.-Lei no 1.042/69, art. 40., I e III):

I - a erro ou ignorância escusável do infrator, quanto à matéria de fato;

II - a equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso, inclusive ausência de intuito doloso;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 118.167
ACÓRDÃO N° : 303.668

Parágr. 1 - A relevação da penalidade poderá ser condicionada à correção prévia das irregularidades que tenham dado origem ao processo fiscal (Decreto - Lei 1.042/69, art. 4º, parágrafo 1º);

Parágr. 2 - O Ministro da Fazenda poderá delegar a competência que este artigo lhe atribui (Decreto - Lei 1.042/69, art. 4º, parágrafo 2º).

Não há dúvidas que restam pontos obscuros na instrução do processo, um dos quais, que as entidades cessionárias gozem inequivocamente do mesmo tratamento tributário que a importadora, e o que será fundamental para o despacho ministerial.

Ademais, não se cuidou de obedecer definitivamente as regras estabelecidas nos artigos 2, 3 e seus respectivos parágrafos únicos, nem a do artigo 10, da Portaria Interministerial MCT/MF no. 360, de 17 de outubro de 1995, cuja leitura é apropriada para a espécie sob exame:

Art. 2 - O disposto no art. 1 desta Portaria aplica-se exclusivamente às importações realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e por entidades sem fins lucrativos ativas no fomento, coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica ou de ensino, devidamente credenciadas pelo CNPq.

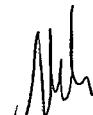
Art. 3 - A transferência, a qualquer título, da propriedade ou do uso dos bens importados, com base na Lei no. 8.010/90, obriga a entidade credenciada que os importou ao prévio pagamento dos tributos.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos bens transferidos a qualquer título:

I - a outra entidade credenciada pelo CNPq, mediante prévia autorização da autoridade fiscal;

II - após o decurso do prazo de cinco anos, contado do desembaraço aduaneiro.

Art. 10 - O CNPq, isoladamente ou em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, poderá proceder a diligências junto às entidades credenciadas, com o fim de verificar a adequação dos bens importados às finalidades previstas na Lei no 8.010/90, bem como sua correta utilização, devendo estas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CAMARA

RECURSO N° : 118.167
ACÓRDÃO N° : 303.668

prestar todas as informações necessárias à realização dos trabalhos.

Como não se encontrou nos autos a resposta cabal a todas as indagações, requisito para o acolhimento do pedido de relevação de penalidade, VOTO no sentido de, preliminarmente, fazer retornar o processo à repartição de origem para que a autoridade aduaneira se digne tomar as seguintes providências:

- 1) Dar cumprimento ao inteiro teor do art. 10 da Portaria Interministerial MCT/MF no. 360/95, devendo ouvir o CNPq quanto à adequação dos bens importados às finalidades previstas na Lei no. 8.010/90 (Pois nem sempre consta nos despachos de importação informação sobre o credenciamento do CNPq) e bem assim quanto à correta utilização deles;
- 2) Na eventualidade de já existir o completo pronunciamento do CNPq referido no item anterior, que o Parecer/Decisão seja juntado ao processo;
- 3) Intimar as entidades cessionárias dos bens importados com isenção a que demonstrem estarem credenciadas pelo CNPq, como exigido pelo art. 3, parágrafo único, inc. I, da Portaria Interministerial MCT/MF no. 360/95, para o gozo da isenção prevista na Lei no. 8.010/90; e
- 4) Na hipótese de não atendido o requisito referido no item anterior, pede-se esclarecer o que se pretendeu dizer quando foi expressado que as entidades cessionárias gozavam do mesmo tratamento tributário que a autuada (indicar a base legal e o modo como tiver sido observada).

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997.



LEVI DAVET ALVES - RELATOR